

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Evaluación Institucional de la Enseñanza Superior

Maria Amélia Sabbag Zainko¹

As Universidades podem ser fundadas por príncipes, cardeais, presidentes, alunos e professores, mas elas só podem ser inventadas ao longo do tempo pela própria comunidade acadêmica, em sua convivência com o mundo inteiro e com a sociedade onde se situa... Pois,...nenhuma instituição sobrevive muito tempo, se não for capaz de reformar-se, adaptar-se a cada instante às exigências do seu tempo, mantendo-se fiel ao seu papel histórico (Cristovam Buarque, 1994)

Resumo

Analisar os desafios a que estão submetidas as universidades contemporâneas, em especial as dos países em desenvolvimento, implica ter presente a sua difícil e contraditória missão que é a de participar do processo de desenvolvimento econômico e social. A questão da identidade institucional que vem sendo tão decantada na atualidade, constitui-se em conceito complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido no âmbito da ciência social contemporânea. A construção da identidade dessa nova Universidade deve necessariamente ter na avaliação seu instrumento mais fundamental da mudança que se faz necessária. Se destaca o papel da Avaliação Institucional na construção de caminhos alternativos para a transformação da Educação Superior, tornando evidente o seu compromisso contemporâneo com um desenvolvimento social, ou seja em prol de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais harmônica, mais democrática e menos excludente. Isto implica em conceber a avaliação como democrática, participativa, contextualizada no âmbito dos anseios, expectativas e preocupações dos atores institucionais e das demandas da sociedade como um todo. Implica ainda, ter em conta as novas configurações da educação superior, bem como o importante papel da avaliação nas transformações sociais e econômicas que os Estados vêm promovendo, sob a égide do neoliberalismo, do neoconservadorismo e da globalização.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Universidade; Identidade Institucional; Educação Superior

¹ Texto apresentado na Mesa-Redonda do Seminário de Políticas da Educação Superior – PPGE -PUCPR 23/10/2003/

² Doutora em Educação – Professora/Pesquisadora da UFPR. Membro da Comissão Especial de Avaliação – MEC/SESU.

Resumen

Hacer el análisis de los desafíos que las universidades contemporáneas tienen que sujetarse, especialmente de los países en desarrollo, implica en tener presente la suya difícil y contradictoria misión la cual es la participación en el proceso del desarrollo económico y social. La cuestión de la identidad institucional la cual tiene renombre en la actualidad, constituye uno concepto complejo, muy poco desarrollado, muy poco comprensible en ámbito de la ciencia social contemporánea. Para la construcción del identidad de la nueva Universidad es indispensable que haya una evaluación, cuyo instrumento más fundamental para hacer el cambio necesario. Destácase el papel del Evaluación Institucional en la construcción de los caminos alternativos para la transformación de la Enseñanza Superior, haciendo evidente el suyo compromiso contemporáneo con el desarrollo social, sin embargo, de pro de una sociedad más justa, más solidaria, más armoniosa, más democrática y con menos exclusión. Esto implica en concebir la evaluación como democrática, participativa, con la contextura en ámbito de los deseos, expectativas y preocupaciones de los actores institucionales y demanda de la sociedad en suya totalidad. Todavía, esto implica en percibir las nuevas estructuras de la enseñanza superior, así como, el importante papel de la evaluación en la transformación social y económica la cual los Estados hacen promoción, acerca de la egida del *neoliberalismo*, *neoconservadorismo* y globalización.

Palavras-clave: Evaluación Institucional; Universidad; Identidad Institucional; enseñanza superior.

Universidade e identidade

A questão da identidade institucional que vem sendo tão decantada na atualidade, constitui-se em conceito complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido no âmbito da ciência social contemporânea.

Stuart Hall (1992), um dos estudiosos da questão, com atuação na Open University afirma em *A identidade cultural na pós-modernidade*, que as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio. Segundo ele novas identidades estão surgindo, deixando o indivíduo moderno fragmentado. “A assim chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (2000,p.7). Para o crítico cultural Kobena Mercer “ a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p.43).

Marta Moraes (2001) aplicando os mesmos fundamentos para auxiliar a discussão da identidade na PUCPR, destaca da análise de Hall as três diferentes concepções que ele examina no percurso da história: a do sujeito do Iluminismo, apoiada na concepção de um *sujeito centrado*, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. O centro essencial do eu é a identidade de uma pessoa. A do sujeito sociológico cuja identidade é formada na interação e na relação eu / sociedade. É “um sujeito em relação com os outros”, numa concepção “interativa com os valores, sentidos e símbolos, ou seja, a cultura”, em que o eu real é formado e modificado num diálogo contínuo com o mundo e a cultura. É este *sujeito sociológico*, cuja identidade se encontra intimamente articulada com a estrutura, de forma unificada e predizível, que por muito tempo orientou e assegurou nossa conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura. Mas é isto que as mudanças estruturais e institucionais estão colocando em xeque. Não um sujeito com uma identidade unificada e estável, mas um sujeito fragmentado, com várias identidades.

A terceira concepção destacada por Hall a do *sujeito pós-moderno*, sem uma identidade fixa, essencial ou permanente, acentua a idéia de que no período que estamos vivendo, a “identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” Definido historicamente e não biologicamente, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em redor de um “eu” coerente. Em razão disso, “somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.”

Embora Stuart Hall tenha se referido à tipologia do sujeito, é possível transportar a tripartição aos domínios das instituições que, em diferença de grau e tamanho, acabam por reproduzir, em escala ampliada, a compreensão e a problematização de cada uma dessas concepções em determinados períodos da História: a da instituição em si, a da instituição em relação às demais instituições e a instituição múltipla e cambiante. (MORAES, 2001).

É pois, neste contexto de mudanças de identidades culturais múltiplas, de diferenças e diversidades marcantes que deve ser analisado o papel das instituições educacionais em geral e das universidades em particular, considerando a importância da institucional para o desenvolvimento de processos avaliativos abrangentes.

Universidade e Avaliação no contexto das transformações mundiais

Analisar os desafios a que estão submetidas as universidades contemporâneas, em especial as dos países em desenvolvimento, implica ter presen-

te a sua difícil e contraditória missão que é a de participar do processo de desenvolvimento econômico e social, seja pela produção do conhecimento por meio da pesquisa, seja pela formação de profissionais que de alguma forma vão estar a serviço do sistema e, por outro lado, ao mesmo tempo, segundo Goergen (2003) “realizar a análise crítica e encontrar caminhos de superação deste mesmo sistema que não só se revela incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade como ainda os agrava”.

A globalização é, sem dúvida alguma, um dos fenômenos ligados às transformações mundiais da sociedade contemporânea que exercem maior influência sobre o ser e o fazer da universidade. Principalmente porque, ainda conforme Goergen, (2003) , “seus sentidos são complexos, contraditórios e paradoxais. Trata-se de averiguar qual o significado e as conseqüências desse processo para aqueles que voluntária ou involuntariamente nele se encontram envolvidos. Para isso, são necessários novos recursos teóricos e instrumentos de particular sensibilidade empírica, capazes de darem conta da realidade e da condição humana globalizadas”.

Sem querer discorrer aqui sobre assunto que tem merecido a análise e o aprofundamento teórico de renomados estudiosos, convém para efeitos da análise que

pretendemos, ilustrar, ainda que de maneira preliminar, alguns significados que têm implicações diretas sobre o processo de (re) discussão do papel da universidade contemporânea na construção de uma “globalização alternativa” que contribua para um desenvolvimento social e humano mais justo e menos excludente.

Para tanto buscamos em Boaventura Sousa Santos os elementos para ratificar os sentidos e as posições contraditórias que caracterizam o entendimento universal sobre o processo que estamos vivenciando e que se manifestam, sob a forma de divergências, na comunidade acadêmica:

Se para alguns ela (a globalização) continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que no seu bojo ela transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial (2002, p. 53).

Várias podem ser as maneiras de responder aos desafios de repensar o papel da universidade, nesse momento singular da vida nacional, mas é Dias Sobrinho em Avaliação da Educação Superior quem para nós melhor chama a atenção para o desafio da construção de um processo de educação que tenha na qualidade seu pressuposto fundamental de re-significar o sentido da vida, resgatando no homem a sua verdadeira humanidade.

Para ele, “a universidade de hoje deve tematizar a sua função formativa. Na formação de pessoal de nível superior deve ser levada em conta a significação social dos conhecimentos e habilidades como um dos importantes critérios de qualidade acadêmica”. (2000, p. 32).

Este parece ser o mote principal para um governo essencialmente comprometido com o social e com o direcionamento das políticas sociais, de tal sorte que se possa trilhar os caminhos da construção de um desenvolvimento social e humano, tendo nas suas instituições universitárias a base de sustentação para o cumprimento da mais fundamental missão da sociedade contemporânea, qual seja o combate as mais perversas doenças sociais do nosso tempo: a marginalização e a exclusão sociais.

A tarefa, no entanto exige um grande esforço de despojamento, de revisão e de modernidade universitária em tempos de pós - modernidade filosófica.

É preciso fazer com que a modernidade no seu sentido filosófico adentre nossas instituições colocando em xeque a crença e a aceitação quase tácita de que o progresso técnico é capaz de operar mudanças que signifiquem, dentre outras conquistas, maior participação e maior grau de bem-estar social. “Existe uma versão simplificada da proposta modernizante, segundo a qual basta que se mude a atitude das pessoas, tornando-se elas abertas às inovações tecnológicas, para que o progresso esteja assegurado” (DIAS, p. 25).

É necessário que a Universidade se modernize. Mas qual universidade? É preciso buscar padrões políticos e tecnológicos atualizados. Para que sociedade?

A historiadora Emília Viotti da Costa apud Zainko (1998), ao comentar os equívocos envoltos no conceito de modernização observa:

o que me parece uma demonstração do irrealismo de políticos e intelectuais no Brasil é a insistência com que se apegam à modernização como solução para todos os problemas. Mas é só a economia de exportação que se moderniza, tudo mais permanece arcaico e retrógrado, num modelo de desenvolvimento que só reproduz as desigualdades sociais. O conceito de modernização tomou o lugar das idéias desenvolvimentistas do período populista, com a mesma função ideológica. Apesar do processo de modernização desencadeado pelos governos militares ter agravado os problemas sociais, em vez de resolvê-los, continuamos apegados a esse conceito sem discutir as conseqüências do tipo de modernização adotado (p.10-11).

Conforme preconizado por Dias (p. 27) se no plano político, modernizar significaria “superar os modelos clientelísticos, corporativos, oligárquicos e autoritários, substituindo-os pela prática da participação, do exercício amplo da cidadania, da organização popular, da ação fundada em princípios éticos, da legitimação dos partidos pelos programas de interesse coletivo

Já Zainko afirma que:

na Universidade seria tornar os seus meios mais racionais, aumentar a sua eficiência e a sua produtividade, melhorar a qualidade da gestão valendo-se de técnicas sofisticadas, ainda que oriundas das empresas privadas, utilizar o planejamento e a avaliação como instrumentos de racionalização dos recursos financeiros, humanos e materiais?(1998).

È isso que temos vivenciado como resultado de uma visão imediatista que submete as universidades ao utilitarismo de uma produtividade e de uma eficiência que têm no quantitativismo e na fragmentação umas de suas características fundamentais.

Essas e outras tantas questões devem nortear as reflexões em torno de uma nova política para a Educação Superior. Uma política que coloque a universidade em sintonia com o tempo presente e com a sociedade que a criou e a mantém, assumindo um papel de relevância política e social na construção de um mundo novo, no qual cada cidadão possa usufruir do direito à segurança humana.

A década de 90 acentuou sobremaneira os malefícios do modelo de desenvolvimento econômico a que estão submetidos os países da América Latina, aí incluído o Brasil.

Vários estudos foram desenvolvidos e a própria sociedade manifestou o seu desejo de mudança consagrando nas urnas o único projeto de nação efetivamente comprometido com a consolidação da democracia e com a construção de um novo modelo de desenvolvimento cuja ênfase fosse o desenvolvimento das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas.

Para Edgar Morin (2002) superar a globalização técnico – econômica passa pela concepção de uma “nova” universidade que possa liderar as reformas em busca de uma outra globalização cuja divisa seja: “o mundo não é uma mercadoria”.

A raiz do fenômeno enfrentado pelo homem moderno, a mais insidiosa doença que põe em risco a integridade de seu próprio *habitat*, está nele mesmo. E de sua consciência de participação depende a saúde de todo o planeta. Por isso é preciso alimentá-lo, saciando a sua fome de comida, de emprego, de trabalho, de renda, de água potável, de habitação, de saneamento básico, de liberdade, de participação, de conhecimento, de saber, de saber pensar... É preciso fazê-lo cidadão, com direitos e deveres e com a perspectiva concreta da inclusão social.

Uma Universidade comprometida com a produção do conhecimento e com a repartição de tal conhecimento com o conjunto da sociedade, porque resultante de uma compreensão de que a Educação é um bem público, portanto direito de todos os cidadãos, devem pautar-se por políticas públicas que

sustentem a Educação Superior como instrumento essencial para assegurar o desenvolvimento social, a produção e disseminação do conhecimento novo, a inovação, o crescimento econômico, o fortalecimento da identidade cultural, a manutenção da coesão social, o combate a pobreza, a violência, o desemprego, o analfabetismo funcional e também o digital, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento de uma cultura empreendedora e de uma cultura de participação e de responsabilidade social. .

Annan observa que:

A legião de excluídos milhões de pessoas em todo mundo e, de forma inaceitável, no Brasil, seguem sobrevivendo em condição de miséria, enquanto um quinto da população mundial vive na prosperidade, permitindo que sua produção e seu consumo continuem destruindo o ambiente de todos (2002).

A Universidade e os desafios de uma globalização alternativa

Esta nova forma de encarar as necessidades do homem, de todos os homens, aponta para um novo caminho para o desenvolvimento. Um desenvolvimento humano e social que pode e deve ir sendo construído de maneira individual e coletiva tendo como base de sustentação “princípios éticos e firmes como a simplicidade, a austeridade, a honestidade e a harmonia nas relações entre as pessoas e os povos” (RIVERA, 2000).

O desenvolvimento humano como base do processo de desenvolvimento social deve estar garantido por um esquema de sustentabilidade que envolve a segurança humana, a equidade, a cultura e o conhecimento e a participação.

A “segurança humana deverá estar sustentada por uma vigorosa política pública, marcada pelo respeito e garantia dos direitos humanos pelo menos nas seguintes frentes: segurança econômica; segurança alimentar; serviços de saúde; segurança ambiental; segurança pessoal; segurança coletiva e segurança política” (RIVERA, 2000).

A informação, o conhecimento e o saber: repartindo com a população “o que fazer” da universidade

A construção do desenvolvimento social e humano como forma de melhorar a qualidade de vida da maioria da população brasileira implica em associar políticas emergenciais de combate à exclusão e à miséria, com uma proposta de Educação, para além da escola, no combate à fome de saber da

maioria da população em especial da zona rural, das periferias das metrópoles, das pequenas e médias cidades, principalmente as que se encontram situadas nas faixas C,D, e E.

Uma nova Política de Educação Superior

Segundo Alves (2001) o projeto democrático de nação só se sustenta como democracia plena se o povo for educado, e ainda observa que:

Mas ser educado não significa ter diploma superior. Significa ter a capacidade de pensar. Diplomas somente atestam que aqueles que os têm são portadores de um certo tipo de conhecimento. Mas ser portador de um certo tipo de conhecimento não é saber pensar.

É preciso formar o homem para que ele saiba transformar o seu arquivo de informações em conhecimento aplicável, em saber crítico que o auxilie a lutar por seus direitos de cidadania.

Carecemos de um novo entendimento e de um novo papel para a Educação, que fugindo da concepção vigente chegue ao homem do campo, à mulher trabalhadora, ao jovem da periferia, à criança ao jovem e aos adultos do bairro pobre, levando como alimento: informação, conhecimento, saber crítico, esperança e alegria.

Só assim estaremos firmando os pilares de uma nova cultura, uma Cultura de Paz, de justiça, de respeito humano, de solidariedade. Onde o homem possa garantir, para além da sobrevivência, a própria vida, com mais qualidade e dignidade. Qual qualidade? A qualidade educativa associada ao processo cultural de formação humana.

“Formação humana e qualidade educativa em seus sentidos fortes se encontram e se realizam como fenômenos técnicos e, de modo inseparável, profundamente éticos. Portanto, como bens públicos e sociais” (DIAS SOBRI-NHO, 2002).

Significado da Avaliação no campo das políticas públicas e das políticas de Educação

Entendida a avaliação como uma opção política vinculada a um dado projeto político- institucional, equivale a dizer, pedagógico, na Universidade ela deve ter como perspectiva colocar em evidência a produção do saber, contribuindo de maneira significativa para a criação, difusão e consumo de um bem que é de todos - o conhecimento.

Frente às exigências do mundo contemporâneo, a Universidade Brasileira deve encontrar formas de enfrentamento da crise que vivemos encaminhando um projeto de desenvolvimento institucional que leve em conta as condições político-sociais da nossa população, ousando formar, cada vez mais, a maioria dos homens, a partir de uma proposta político-institucional que estabeleça efetiva relação com a sociedade.

Para tanto, é preciso que de forma circular se pense e repense a cada momento, a partir de práticas sistemáticas de avaliação como uma salutar maneira de prestar contas a esta mesma sociedade e de se auto - conhecer.

É esse auto-retrato em processo permanente de auto-estudo, avaliação externa e reavaliação que, resgatará como princípio articulador da avaliação a sua função diagnóstica, procedendo à indicação de situações problemáticas, as alternativas para a correção dos rumos e, portanto, se constituindo em poderoso instrumental dialético de identificação de novos rumos para a prática universitária.

Uma prática balizada por conceitos claramente explicitados e pelo engajamento de todos os responsáveis pelo fazer universitário no processo de construção cotidiana e coletiva de uma Universidade em constante aperfeiçoamento.

Uma Universidade que se auto - conhece e que com o olhar voltado para a utopia da construção de uma nova sociedade vai lenta e progressivamente se transformando em uma “nova” Universidade.

Em documento denominado “Lineamentos para la Evaluación Institucional a Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitárias, do Ministério da Cultura e Educação da Argentina”, estabelece que a avaliação institucional deve ser entendida como

um processo complexo para determinar o valor de algo, que implica uma delicada tarefa de interpretação de um conjunto de elementos que interatuam configurando uma realidade particular e significativa. De fato, avaliar não é rigorosamente a etapa posterior ou final de um processo, senão um momento no caminho para apreciar o caminhado e decidir como continuar. Aprofundando a questão pode-se dizer que a avaliação que se formula deve aspirar a credibilidade e o consenso. Uma avaliação não se caracteriza pelos dados, muito embora esses sejam indispensáveis, mas sim pelo processo pelo qual se aprecia e se discerne o valor das ações e realizações; um processo profundamente humano que se nutre e se articula no diálogo, na discussão e na reflexão (CONEAU, 1997).

A construção dessa nova Universidade deve necessariamente ter na avaliação seu instrumento mais fundamental da mudança que se faz necessária. Uma avaliação como processo sistemático, participativo, democrático e

principalmente de caráter construtivo, possibilitando a indispensável autocrítica, identificando pontos positivos e problemáticos da instituição universitária, indicando as questões prioritárias para o melhoramento da qualidade dos processos institucionais: ensino, pesquisa, extensão, gestão.

Neste processo complexo, mas fundamental, três tipos de movimentos seqüenciais e complementares, conforme já afirmamos, se fazem necessários: a auto-avaliação, como autoconhecimento, que pressupõe uma análise interna e a avaliação externa ou o olhar externo por parte de um corpo de especialistas que, a partir do conhecimento dos resultados do movimento interno e dos documentos produzidos pela auto-avaliação, aprofunda as análises ressaltando os pontos fortes e ajuda a comunidade acadêmica a melhorar, a compreender e a buscar na reavaliação uma visão positiva de seu projeto de desenvolvimento institucional.

A dificuldade para se estabelecer estes tipos de movimentos está quase sempre associada à ausência de uma cultura de avaliação. Há um medo involuntário daquilo que não conhecemos, porém é preciso ter como Martinez () a certeza de que

la Universidad, como lugar de racionalidad científica y tecnológica, como lugar social de la verdad, tiene la exigencia basica de lograr su autoconocimiento para orientar su acción em relación directa com el medio, plantearse un plan y proyectos de futuro em función de los escenarios que enuncian y que es capaz de anticipar, em su interacción com el medio.

Em seu desafio de participar da construção do século XXI os atores da vida universitária têm um compromisso inadiável com os processos de avaliação. Segundo Ristoff (1996) “a avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo significados.”

A avaliação presente como princípio educativo no processo de formação “é uma resposta ao desejo de ruptura das inércias, é por em movimento um conjunto articulado de estudos, análises, reflexões e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa...” (DIAS SOBRINHO, 1996).

Na realidade atual, a avaliação das instituições de educação superior, universitárias ou não, se faz indispensável, em relação à qualidade acadêmica dos processos de formação / informação de diferentes cidadãos e profissionais.

Neste sentido se insere e ganha relevância a elaboração / revisão dos conceitos que sustentam os projetos de avaliação que se desenvolvem no interior das Universidades, principalmente quando estas são estimuladas a elaborar e dar consistência aos seus Planos de Desenvolvimento Institucional (ZAINKO, 2003).

Conceituando a avaliação

Ristoff (2003) reafirma que a definição de “avaliação” é, na verdade, uma questão mais complexa do que normalmente se imagina. Em sua análise cita David Nevo que após rápida discussão da bibliografia sobre o assunto, referenda a definição do Joint Committee de 1981, qual seja, a de que a avaliação deve ser definida como sendo “a investigação sistemática do valor e do mérito de um objeto”. Nevo entende que o que predomina na literatura é a idéia de que é, sim, preciso emitir juízos, que a neutralidade é uma fantasia e que expressar os juízos é uma obrigação de quem conhece melhor o objeto avaliado, embora, admita, esta definição nem sempre seja a mais simpática.

No Brasil, as definições adquirem nuances próprias. Em 1993, o PAIUB definiu avaliação como:

um processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade; um processo de atribuição de valor... a partir de parâmetros derivados dos objetivos; um processo criativo de autocrítica.

É ainda Ristoff (2003) quem nos fornece os elementos para identificar no PAIUB algumas preocupações: - a natureza formativa da avaliação, - o caráter sistemático do processo, - a idéia da prestação de contas à sociedade, - a idéia da avaliação como instrumento útil à administração educacional e - a idéia da avaliação centrada nos objetivos, acenando para um processo contínuo e com maior grau de complexidade.

Para Dias Sobrinho (1995), um dos destacados estudiosos da questão a avaliação institucional é “um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões”. A definição de Dias Sobrinho amplia a concepção de processo complexo e dá destaque à necessidade de superação da visão fragmentada ou pontual das atividades avaliativas.

Para Belloni, outra estudiosa de destaque no campo da avaliação

A avaliação institucional ... é um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade. A autoconsciência institucional constitui importante subsídio para o processo da tomada de decisão, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, da instituição como um todo, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e tem como ponto de fundamental importância a intensa participação de seus membros tanto na forma de encaminhar a avaliação na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização dos resultados (1995).

Para Ristoff (2003) o que parece ressaltar desta definição é a preocupação com o processo educacional da avaliação, na medida em que desperta a consciência dos indivíduos sobre o seu papel e o da instituição, bem como chama a atenção para a avaliação como processo de constante negociação, desde a decisão de iniciá-lo, até a sua implementação e a utilização dos resultados. Tal concepção vai mais uma vez reforçar a necessidade de uma participação efetiva dos diferentes atores e, portanto a imprescindível construção de uma cultura avaliativa.

Muitos são os estudiosos da questão e já dispomos de um acervo considerável de produção científica acumulada nos sete anos de publicação ininterrupta da Revista Avaliação da RAIES.

É, porém, Maria Isabel da Cunha quem de forma enfática nos assegura que a avaliação educacional existe em decorrência de um projeto pedagógico que deve estar explícito para os sujeitos que a desenvolvem. Ao avaliar, estabelece-se critérios de análise em relação a alguma idéia ou formulação. Portanto definir um processo de avaliação para o ensino superior brasileiro, exige a formulação clara do que o mesmo está propondo para si.

A avaliação não se define só em decorrência dos processos educativos. Ela é também uma estrutura de poder que conforma as instituições e as pessoas, atingindo-as nas suas subjetividades; tem relações com a divisão social do trabalho e com o mundo da produção. Entendida como processo, deve mobilizar as pessoas que a realizam para que os efeitos sejam eficientes e eficazes. Para isso é necessário um elemento de protagonismo dos sujeitos envolvidos e de equilíbrio entre as dimensões regulatórias e emancipatórias para que ela possa exercitar seu caráter educativo. Nesse sentido as perspectivas quantitativas e qualitativas devem ser complementares e não antagônicas (CUNHA,2003).

Os princípios que devem reger a Educação Superior

Entendida como uma instituição complexa que desenvolve indissociavelmente ensino, pesquisa e extensão em múltiplas áreas de conhecimento e nos diversos campos das atividades humanas, a universidade respeitadas a sua autonomia e a sua identidade institucional, que a faz única e em condições de ressaltar as diferenças culturais próprias das regiões e dos estados, deve ter, como nos assegura Dias Sobrinho (2002), os seguintes princípios e conceitos básicos:

- Responsabilidade social e pública;
- Pertinência;
- Relevância científica e social;

- Justiça e Equidade;
- Inovação;
- Internacionalidade e interatividade;
- Autonomia;
- Financiamento e gestão;
- Avaliação.

Em recente encontro realizado em Curitiba, os participantes do Seminário Internacional da Avaliação Institucional da Educação Superior destacaram o papel da Avaliação Institucional na construção de caminhos alternativos para a transformação da Educação Superior, tornando evidente o seu compromisso contemporâneo com um desenvolvimento social, ou seja em prol de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais harmônica, mais democrática e menos excludente. Nesse sentido reafirmaram que:

- A avaliação deve possibilitar à universidade a construção de um projeto de desenvolvimento acadêmico sustentado por princípios basilares como a democracia, a autonomia, a pertinência e a responsabilidade social.

- A avaliação institucional não ocorre por decreto, nem acontece por imposição, se faz pelo comprometimento, pela adesão dos vários segmentos da instituição em todos os momentos da construção do processo avaliativo, incluindo definição, implantação, desenvolvimento, avaliação e divulgação. Isto implica em conceber a avaliação como democrática, participativa, contextualizada no âmbito dos anseios, expectativas e preocupações dos atores institucionais e das demandas da sociedade como um todo.

- Considerada numa perspectiva processual, sistêmica e contextualizada, deve buscar a superação dos equívocos quando:

- Faz distinção entre instituição e organização.
- Privilegia o produto em detrimento do processo.
- Acredita que a soma de avaliações pontuais constitui a avaliação institucional.

- Atribui a ação avaliativa a um grupo ou órgão específico.
- Adquire função controladora.

- A avaliação institucional como processo estratégico de melhoria da educação superior deve estar pautada por princípios como:

- Globalidade (deve envolver não só os cursos de graduação e pós-graduação, mas todas as funções da instituição possibilitando uma articulação entre estruturas pedagógicas e administrativas);

- Participação de todos os envolvidos dentro da instituição;
- Continuidade (processo formativo);
- Adesão voluntária;
- Legitimidade política e técnica;

- Respeito à identidade de cada instituição;
- Articulação com as demandas do mundo, da vida e do trabalho.
- Uma universidade deve ser definida e avaliada pelo conjunto de suas funções, de ensino, de pesquisa e de extensão, considerando-se o seu compromisso social de formar o ser humano. Por isso, precisa estar voltada para a busca do saber, da arte e da ciência postos a serviço da justiça.
- Uma universidade não pode estar atrelada aos interesses do mercado e a outros interesses que não busquem o bem comum.
- A avaliação com participação e movimento deve se constituir na marca da instituição, onde cada processo construído cotidianamente e coletivamente é único e só pode ser desenvolvido com um intenso envolvimento da comunidade acadêmica, respeitando as demandas da sociedade.

Estes aspectos foram retomados no documento final publicado na Revista Avaliação tendo sido colocado em destaque a Avaliação Institucional, na sua função central de, conforme nos ensina o Prof. José Dias Sobrinho, ter em conta as novas configurações da educação superior, bem como o importante papel da avaliação nas transformações sociais e econômicas que os Estados vêm promovendo, sob a égide do neoliberalismo, do neoconservadorismo e da globalização. Comprometidos com o desafio de propor caminhos alternativos para a transformação da Educação Superior em projeto estratégico na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais harmônica, mais democrática e menos excludente, os participantes levaram em conta que “há uma tendência internacional de fazer da avaliação um poderoso instrumento da mercadorização da educação e do utilitarismo do conhecimento”. Nesse sentido, consideraram que “a avaliação é um instrumento fundamental da Reforma do Estado, como afirmado pelo ministro francês Zuccarelli e que como “tecnologia de poder ou seja, como controle social “ segundo Dias Sobrinho, ela legitima saberes e privilégios para uns e os nega ao menos parcialmente para outros. Finalmente, como fizeram nas etapas anteriores, os participantes submetidos a uma dinâmica mais participativa puderam em grupos reafirmar os princípios, conceitos e metodologias expressando de forma contundente suas convicções e relatando suas experiências.

Assim, na elaboração do documento final, como se fosse uma Carta de Curitiba, em um efetivo espírito de compartilhamento e envolvidos pela dinâmica de participação plural, os grupos de discussão, considerando os elementos-chave que pontuaram as apresentações nas mesas-redondas, dentre os quais destacam-se:

- a perspectiva de construção de uma nova Universidade pertinente às demandas sociais;
- as lógicas predominantes nas políticas públicas de avaliação (seus fundamentos, estratégias, efeitos...);

- o processo de avaliação em seus múltiplos aspectos (conceitualização, princípios, funções, fins, objetos, critérios, métodos, agentes, meta-avaliação...);

- os modelos de avaliação até então vivenciados (construídos coletivamente ou impostos);

- as tendências e tensões na educação superior (poder, controle, medida, autonomia, participação...), os participantes buscaram responder a seguinte questão:

Quais as proposições a serem levadas ao Ministério da Educação no sentido de contribuir para a definição de políticas de avaliação em um governo comprometido com o desenvolvimento social?

Após um período muito rico de discussões e de reflexões as suas contribuições foram assim sintetizadas :

- As propostas atuais de avaliação institucional , como o Provão, são dispersas e unificadas, não levam em conta diagnóstico regional, tornando essas avaliações parciais e incompletas.

- As formas de ingresso na universidade pública (vestibular) e também na particular são eliminatórias e altamente seletivas não assegurando ao ingressante o sucesso e o alcance de seus objetivos.

- A avaliação institucional depende fortemente de planejamento institucional, o que é relativamente recente nas instituições. Não há como avaliar sem uma visão global da instituição e sem a definição de seu papel institucional .

- A universidade deve se pautar por uma lógica emancipatória para não perder de vista a função que lhe é própria, ou seja a formação para a cidadania. Para tanto a universidade deve constituir-se como espaço aberto à pluralidade do social assegurando a legitimidade de instituição pública.

- Esta lógica emancipatória pressupõe liberdade institucional para definir a metodologia mais pertinente aos seus propósitos, sem prescindir de procedimentos de pesquisa qualitativa.

- A lógica emancipatória não pode se dar de forma divorciada do MEC, mas, sem suprimir as particularidades, vincular-se organicamente a sua política de educação pensada para todo o país. Política que corresponde ao estabelecimento de diretrizes gerais, bem como ao apoio financeiro e de infraestrutura.

- A avaliação deve ter sentido público e social, não de mercado;

- A avaliação deve ter por objetivo melhorar as finalidades públicas;

- A avaliação deve ser global e formativa;

- Deve-se construir uma cultura de avaliação como um processo contínuo, permanente, participativo e democrático;

- A avaliação deve focalizar as grandes estruturas e relações (ensino,

pesquisa, extensão...) vinculadas às questões fundamentais das IES (missão, formação, educação humana integral);

- Criar uma cultura de avaliação que rompa as resistências e favoreça a participação;
- Transformar o “Provão” em instrumento de reflexão pedagógica, de acompanhamento longitudinal e por amostragem;
- O mais importante é assegurar princípios que correspondam aos valores públicos, sociais, democráticos, éticos...e não de controle, “ranqueamento”, punição, seleção, vinculação com financiamentos, etc;
- Para que a avaliação cumpra de modo completo o seu processo deverá, articuladamente, realizar os seguintes passos: conhecer; compreender; interpretar; emitir juízo de valor e transformar;
- A universidade deve assegurar a sua condição de ser a protagonista da sua política de avaliação vinculada à sua concepção de universidade e de sociedade.
- Idéia central de universidade que o MEC deveria considerar para apresentar a proposta de Avaliação:
 - Universidade voltada para o aluno, comprometida com as questões sociais.
 - A universidade deve ser compreendida de forma mais cooperativa e menos competitiva.
- O que caberia ao Ministério na questão da Avaliação:
 - Definir linhas gerais com princípios claros que norteassem as Universidades na elaboração dos processos avaliativos.
- Como deve ser a Avaliação:
 - As universidades teriam autonomia para a construção do modelo de avaliação, atendendo ao princípio básico de não permitir a comparação de desiguais sem, contudo, deixar de dar respostas à sociedade, considerando sua relevância social.
 - O Ministério deveria financiar os processos avaliativos das IES como forma de se responsabilizar pelos mesmos. Os recursos poderiam viabilizar a realização de um diagnóstico mais realista e, principalmente, mais qualitativo da Instituição, que além dos levantamentos quantitativos pudesse estabelecer as relações presentes nas ações cotidianas da Universidade, identificando seus pontos fortes e fracos e subsidiando o processo de crescimento institucional.
- Criação de uma Comissão Nacional de Avaliação para integração de processos, logística e ordenação geral da avaliação da educação superior.
- Avaliação da responsabilidade social das universidades. Avaliação das universidades como bem público.
- Princípios, concepções de avaliação amplamente discutidos na sociedade.

- A titularidade da avaliação deve pertencer às universidades.

Com tais sugestões e observações que mais do que refletir o clima de debate e colaboração que esteve presente durante todo o Seminário, em suas três etapas, registram a importância que a comunidade acadêmica atribui à Avaliação da Educação Superior, os participantes reafirmaram a sua disposição de por meio da Avaliação Institucional, promover um amplo debate sobre a função social da Universidade Contemporânea, esperando do Ministério da Educação o cumprimento da sua função essencial que é a de se constituir em fomentador do debate e guardião da autonomia como condição para a existência da Universidade.

Como resposta imediata tivemos a constituição da Comissão Especial de Avaliação, presidida pelo Professor José Dias Sobrinho e contando na sua composição com especialistas que vivenciaram a experiência do PAIUB e que no seu exercício profissional continuam propugnando por um processo de avaliação focado na instituição universitária de maneira global, sem ações fragmentadas e pontuais e em permanente movimento.

Para todos o lema é um só “uma nova política de avaliação da educação superior é possível”.

Referências

- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**. Rio de Janeiro,RJ: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, M., **Escritos sobre universidade**, SãoPaulo,SP: Editora UNESP, 2001
- CHOMSKY, N., **Democracia e mercados na nova ordem mundial**. In: P. Gentili (Org.). *Globalização excludente*. Petrópolis: Vozes, 2001
- DEMO, Pedro. **A pesquisa como princípio educativo**. São Paulo,SP: Cortez,1995
- DESAULNIERS, Julieta B.R. (Org.). **Fenômeno: uma teia complexa de relações**. PA: EDIPUCRS, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação**, Campinas, v.1, jul, 1996.
- _____. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000
- DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**, Florianópolis: Editora Insular, 2002
- _____. Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na Educação Superior. **Avaliação**, Campinas, v. 7, n.1, mar. 2002

ELIAS, Marisa Del C. e Feldmann, Marina G. In: FAZENDA, Ivani. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1999. FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** Campinas SP: Papyrus, 1994.

GOERGEN, P. A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade. **Avaliação**, v.2, n. 3, p. 5, set. 1997.

_____. Ciência e mercado: o papel formador da universidade. **Proposições**, v. 8, n. 2, p. 23, mar. 1999.

_____. Universidade e globalização: entre a adesão e o dissenso. Curitiba: Champagnat: Insular, (no prelo).

LÉVY, Pierre. **O fogo liberador.** São Paulo, SP: Iluminuras, 2000.

LUCARELLI, Elisa. UM desafio institucional: inovação e formação pedagógica do docente universitário, in Castanho, Sérgio e Castanho Maria Eugênia (orgs). **O que há de novo no ensino superior.** Campinas, SP: Papyrus, 2000

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco M & SILVA, Juremir Machado da (orgs). **Para navegar no século XXI – tecnologias do imaginário e cibercultura.** PA: EDIPUCRS e Sulina, 1999.

_____. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, E , MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade.** São Paulo : Fund. Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma / reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, Antônio. Para uma análise das instituições escolares. In: **As organizações escolares em análise.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

NÚÑEZ, Iván. **Las Organizaciones de los Docentes en las Políticas y Problemas de la Educación Estado del Arte,** Santiago de Chile, UNESCO-REDUC, 1990.

OTTONE, Ernesto. **Educação Brasileira.** Brasília: CRUB, volume 14, nº 28, janeiro/julho 1992.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas - tempo, caos e leis da natureza.** SP: Editora INESP, 1996.

REIMERS, Eleonora y Fernando “Where are 60 millions teachers? The missing voice in educational reforms around the world” en **PROSPECTS**, vol. XXVI, Nº 3, sept.

1996

RISTOFF, Dilvo. Princípios do programa de avaliação institucional. **Revista Avaliação**, Campinas, SP, ano 1 , n. 1, jul., 1996.

_____,Definições de avaliação **Revista Avaliação**, Campinas, SP, ano 8 , n. 2, jun., 2003.

SANTOS, B.de S., (Org.), **A globalização e as ciências sociais**, S.Paulo: Cortez Editora, 2002

SEVERINO, A. J. Fundamentos políticos da avaliação na Pós Graduação. In: **EDUFORUM**. Por um modelo alternativo de avaliação da Pós Graduação Nacional. 2002, 10 p. (mimeo).

VIRILIO, Paul. O resto do tempo. In **Revista Famecos** - mídia, cultura e tecnologia. PA: EDIPUCRS, junho 1999

YARZÁBAL, L.; Vila, A. y Ruiz, R. **Evaluar para transformar**. Ed. IESALC/ UNESCO, Caracas (1999).

YARZABAL, L.**Consenso para mudança na Educação Superior**. Curitiba: Champagnat, 2002

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **A Universidade do Século XXI e a formação dos professores**. Apresentado no seminário a formação do professor para o século XXI, Goiânia, 1995, mimeo.

_____,et all. **A avaliação institucional na UFPR: a trajetória de uma década 1987-1997**. Curitiba, UFPR, 1998

_____, **Planejamento, Universidade e Modernidade**. Curitiba, All Graf/ AUGM Editora, 1998

_____, **Dos saberes às competências: o desafio da construção da proposta pedagógica da escola**. **Revista Avaliação**, ano 6, vol.6- nº 4 (22)- dez 2001. Campinas.: Unicamp, 2001.

_____, **Educação superior, democracia e desenvolvimento humano sustentável**. Curitiba: Champagnat/ INSULAR, 2003.

_____, Seminário Internacional Avaliação Institucional da Educação Superior e reformas do Estado: o desafio da Avaliação das IES. **Revista Avaliação**, ano 8, vol.8- nº 2 jun. 2003. Campinas.: Unicamp, 2003.

Recebido em 23/9/03
Aprovado em 28/11/03
